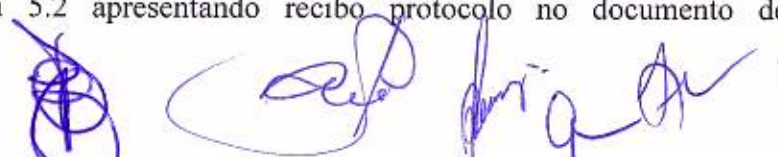




Ata reunião da Comissão Especial de Seleção.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 10:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais, sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto - Membro do Departamento de Licitações e Contratos, estando presentes os demais membros: Diego Rodrigues Pedro - Membro da Controladoria Geral do Município, Félix Furtado da Silva - Membro da Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia, Francisco José Amorim - Membro da Secretaria Municipal de Saúde e Marcos Mendonça dos Anjos - Membro da Secretaria Municipal de Saúde, nomeados através da Portaria Nº 468 de 14 de junho de 2019, para reunião da comissão e tomada de decisão referente a HABILITAÇÃO das entidades que no dia 17/09/2019 apresentaram seus envelopes de Habilitação e Projeto Técnico do Processo nº 156/2019, licitação na modalidade Chamamento Público de nº 002/2019 da Secretaria Municipal de Saúde - **PROCESSO DE SELEÇÃO** destinado às **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Municipal 1.746, de 09 de novembro de 2018, para celebrar Contrato de Gestão objetivando **A OPERACIONALIZAÇÃO, O GERENCIAMENTO E A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NOS POSTOS DE URGÊNCIA DE SAQUAREMA, SAMPAIO CORREIA E JACONÊ E DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE NAZARETH**, conforme especificação contida no EDITAL e seus Anexos. O Instrumento Convocatório, seus anexos e publicações foram disponibilizados através do Portal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saquarema. Durante a reunião foram tratados os seguintes tópicos: 1 - Apresentação das impropriedades apontadas pelas entidades na última ATA do dia 17/09/2019. 2 - Análise da documentação de habilitação. Passamos então as alegações dadas pelas empresas e considerações da comissão (**TOPICO 1**). A entidade **IAGES - INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO À SAÚDE** declarou que: "Todos não apresentaram boa situação financeira da organização em referência ao item 5.2 do edital como condição de participação e credenciamento e tal fato por consequência deveria gerar o descredenciamento de todos os participantes do certame e aproveitamento para apontar que no meu credenciamento existe o protocolo do envelope entregue na secretaria de saúde na presente data às 09:00 horas da manhã conforme prevê o item 5.2". Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "A Comissão entende que o item 5.2 encontra-se atendido conforme documentação apresentada na fase de habilitação, tendo em vista que o item 5.2 não determinar a forma de apresentação". A IAGES declarou ainda que: "A INSAÚDE e IDEAIS apresentaram relação nominal de membros do conselho administrativo ou fiscal, solicito uma diligência no estatuto de cada entidade para comprovação de tais atribuições (relação nominal de todos os dirigentes da OS com CPF e RG)." Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "A entidade IDEAIS possui como dirigente o senhor Carlos Alberto Boher de Andrade Figueira, de acordo com Ata da Assembleia Geral Extraordinária as fls. 44, e as fls. 47 a O.S. apresenta o Senhor Carlos na relação de dirigentes, atendendo ao solicitado". E a entidade INSAÚDE possui como dirigente o senhor Nelson Alves Lima, de acordo com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária as fls. 149, e apresentada ainda a relação nominal com o nome do senhor Nelson às fls. 152, atendendo desta maneira ao solicitado". A entidade **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE - INSAÚDE** alegou que: "Solicito constar em ata que o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 - CEP 28 e INSTITUTO BRASIL FUTURO - IBF apresentaram mídia digital anexada fora do envelope. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte forma: "Consideramos que o objetivo primordial do chamamento é a obtenção do melhor projeto na área de saúde e que o excesso de formalismo pode trazer prejuízos à Administração, fizemos, então constar em ATA e entendemos que a mídia digital fora do envelope não é motivo suficientemente para inabilitação de quaisquer das entidades participantes. Declara ainda a entidade que: "nenhuma das organizações apresentou documentação comprobatória de cumprimento do item 5.2 do Edital. Esclareço que cumpriu o item 5.2 apresentando recibo protocolo no documento de





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão de Seleção de Organizações Sociais



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

credenciamento, caso a comissão entenda como necessário, estamos abertos para cumprir diligência e apresentar certidão criminal.”. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “A Comissão entende que o item 5.2 encontra-se atendido conforme documentação apresentada na fase de habilitação, tendo em vista que o item 5.2 não determinar a forma de apresentação”. A entidade **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E AÇÃO SOCIAL – IDEIAS** alegou que: “Nenhum dos concorrentes apresentou anexo XI com reconhecimento por autenticidade, ainda na fase de credenciamento. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte forma: “O modelo presente no edital 002/2019, exige a firma reconhecida por autenticidade, entretanto o item 6.2 do edital dispõe que “Os documentos poderão ser apresentados por QUALQUER processo de cópia autêntica [...]”. Considerando o duplo comando do edital, e visando não restringir a competitividade a comissão entende que prevalecerá o contido no item 6.2”. A entidade declarou também que: INSTITUTO BRASIL FUTURO apresentou documentação do contador vencida em 31/07/2019. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “A certidão apresentada não se encontra no rol de documentos solicitados pelo edital, a comissão entende que a entidade juntou a fim de que fosse possível a verificação da regularidade do profissional, considerando ainda que o excesso de formalismo pode prejudicar o certame, a comissão entende irrelevante a situação apontada, principalmente porque em consulta ao sítio do CRC RJ verificou-se que o profissional se encontra em situação regular junto ao Conselho, conforme determina o edital em “ [...] apresentada pela proponente em papel timbrado da instituição, assinada por profissional REGISTRADO no conselho de contabilidade, aferida [...]”. A entidade declarou ainda que: “INSTITUTO BRASIL FUTURO - Ausência na declaração de extração das informações de balanço. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “De fato, não foi encontrada declaração formal junto a documentação de habilitação.”. A entidade declarou ainda que: “INSTITUTO BRASIL

FUTURO - A folha que calcula os índices que a licitação pede está assinada em 31/01/2018, quando deveria estar assinada em dezembro.

Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “Analisando os índices apresentados as fls. 349,

a comissão traz a seguinte tabela. Para fins de cálculo a comissão utilizou-se do Balanço patrimonial as fls. 350, assim fica demonstrado que houve apenas um erro quando a data de assinatura, prevalecendo neste caso a essencial sobre a forma”. A entidade declarou ainda que: INSTITUTO BRASIL FUTURO -

ATIVO CIRCULANTE	R\$ 221.307,39
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$
ATIVO TOTAL	R\$ 267.131,19
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 36.486,45
PASSIVO EXIGIVEL EM LONGO PRAZO	R\$
INDICE DE LIQUIDEZ GERAL	6,065
INDICE DE LIQUIDES CORRENTE	6,065
INDICE DE SOLVENCIA GERAL	7,321

nenhuma documentação autenticada. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “A documentação do IBF constante das fls. 4 a 58 foram autenticadas por membro da comissão, entretanto prevalece ainda documentos pendentes de autenticação. Assim, no que for possível, entende a comissão que deverá abrir diligência para apresentação dos originais”. Declarou também que: A entidade IAGES apresenta um dos índices de saúde financeira menor que 1 (um). Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “O índice (Índice de Estrutura de débito) não foi solicitado e por tanto não será considerado na análise”. Declarou também que: “A entidade IAGES possui ausência da declaração de extração das informações de balanço. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “A certidão em comento encontra-se as fls. 088, e apresenta falta de FIRMA RECONHECIDA Assim, no que for possível, entende a comissão que deverá abrir diligência para saneamento”. Declarou também que: “Nas declarações apresentadas pela entidade IAGES, não contém firma reconhecida ou autenticação e carimbo”. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “Os documentos que faltaram carimbos, autenticações e reconhecimentos de firma, deverão ser diligenciados a fim de que não fique prejudicada a competitividade. Assim, no que for possível, entende a comissão que deverá abrir diligência para saneamento”. Declarou também que: “A entidade INSAÚDE, ausência na declaração de extração das informações de balanço e na página 159 apresenta certidão de autenticação digital vencida. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: “Sobre a ausência apontada, e considerando o princípio da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão de Seleção de Organizações Sociais



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

vinculação ao instrumento convocatório, entendemos que não há dispositivo no Edital 002/2019 que obrigue a entidade a declarar essa informação num documento apartado, tanto que foi apontado que não existe tal anexo no edital. Assim, uma vez que a entidade declarou no documento as fls. 053. Entendemos cumprido o 1º requisito. Quanto a autenticação, entende a comissão que deverá abrir diligência para saneamento". Declarou também que: A entidade CEP 28, ausência na declaração de extração das informações de balanço e os cálculos dos índices não são fidedignos aos valores do balanço. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "Sobre a ausência apontada, e considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, entendemos que não há dispositivo no Edital 002/2019 que obrigue a entidade a declarar essa informação num documento apartado, tanto que foi apontado que não existe tal anexo no edital. Assim, uma vez que a entidade declarou no documento as fls. 053. Entendemos cumprido o 1º requisito. Quanto ao segundo, será verificado quando da análise apartada da documentação da entidade. A entidade **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28** alegou que: "Em referência ao INSTITUTO BRASIL FUTURO não apresenta atividade compatível com o certame junto ao cadastro da receita federal. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "o ramo de atividade é comprovado no ato constitutivo da entidade de acordo com alínea a), do inc. I, do art. 2º da Lei municipal nº 1.746/2018), fez-se constar em ATA, porém não será considerado na análise. Declarou também que: "Em referência a IAGES – INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO À SAÚDE não possui certidão de regularidade trabalhista, estou com a certidão trabalhista da empresa e quero juntar em ata". Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "Analisada a certidão que foi juntada pela entidade, concluímos que não se trata da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, a qual se encontra fundamentada no Título VII-A da CF/88, na Lei 12.440/2011, e Decreto Lei 5.452/1943, citada certidão a AIGES apresentou acostada as fls. 64. Outrossim, cumpre esclarecer que o art. 30 da lei 8.666/1993 dispõe um rol taxativo para documentos de habilitação e seria temerária tal exigência por parte desta comissão, assim considerando que não foi exigida no instrumento convocatório e essa comissão deve prezar pela vinculação a ele, não será considerada na análise de quaisquer documentos não exigidos no edital 002/2019, inclusive a certidão negativa de débitos junto ao Ministério da Economia juntado aquela ATA (17/09/2019). Declarou também que: "Em referência a INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE – INSAÚDE responde a processo criminal na 4ª vara do fórum criminal de Campinas – SP. Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "Analisada a declaração da entidade, cumpre esclarecer que o art. 30 da lei 8.666/1993 dispõe um rol taxativo para documentos de habilitação e seria temerária tal exigência por parte desta comissão, assim considerando que não foi exigida no instrumento convocatório certidões negativas criminais e que esta comissão deve prezar pela vinculação ao Edital, não será considerada na análise de quaisquer documentos não exigidos no edital 002/2019, e nem exigido documentos fora da lista ali presente. Declarou também que: "Em referência a INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E AÇÃO SOCIAL – IDEIAS atividade incompatível com o objeto junto ao cadastro da receita federal". Sobre tal, a comissão manifestou-se da seguinte maneira: "o ramo de atividade é comprovado no ato constitutivo da entidade de acordo com alínea a), do inc. I, do art. 2º da Lei municipal nº 1.746/2018), fez-se constar em ATA, porém não será considerado na análise. **Passamos então, a análise da documentação de habilitação (tópico 02).** Cumpre salientar, que as diligências serão executadas quando o vício na documentação for sanável, conforme deliberado acima nos apontamentos das entidades, caso exista vício insanável, a entidade será inabilitada, conforme verificamos abaixo. Sobre a entidade INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE – INSAÚDE, encontra-se INABILITADA pelo não atendimento do item 6.2.1 do edital, "Ata de eleição da atual Diretoria.", pois a ata apresentada diverge do inc. IV do § 6º do art. 19 do Estatuto da Entidade que dispõe tratar-se de atribuição do Conselho de Administração, não da Assembleia Geral a eleição da Diretoria. Quanto aos demais aspectos foram superados tendo em vista a inabilitação da entidade. Sobre a entidade INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E AÇÃO SOCIAL – IDEIAS, encontra-se INABILITADA pelo não atendimento do item 6.2.1 do edital, "Ata de




ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão de Seleção de Organizações Sociais




**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

eleição da atual Diretoria.”, pois a ata apresentada diverge do inc. 4 do art. 20 do Estatuto da Entidade que dispõe tratar-se de atribuição do Conselho de Administração, não da Assembleia Geral a eleição da Diretoria. Junta-se a esse fato o documento “Documento de aprovação, por parte do Conselho de Administração, da proposta do contrato de gestão.”, pois o documento não encontra-se de acordo com o estatuto no § único do art. 17º, pois o estatuto prevê quórum mínimo de 50% +1 para as decisões do conselho, entretanto a lista de presenças da citada ata encontra-se com apenas duas assinaturas. Quanto aos demais aspectos foram superados tendo em vista a inabilitação da entidade. Sobre a entidade CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28, encontra-se HABILITADA tendo em vista os cumprimentos dos ditames do edital 002/2019. Sobre a entidade IAGES – INSTITUTO DE APOIO A GESTÃO À SAÚDE, a entidade encontra-se HABILITADA, tão logo atenda as seguintes pendências que serão diligenciadas. Assim deverá apresentar de acordo com: o item 6.2.1 os seguintes documentos para confirmação de firma/veracidade “Declaração formal de que os valores foram extraídos do balanço patrimonial apresentado; e o item 6.2.1 – C2 “Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade participante, deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários (original), tendo em vista a diligência ao sítio eletrônico mostrar-se infrutífera. Sobre a entidade INSTITUTO BRASIL FUTURO – IBF, encontra-se INABILITADA tendo em vista o não cumprimento do item 6.2.1 “Declaração formal de que os valores foram extraídos do balanço patrimonial apresentado.”, e 6.2.1 – C2 “Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade participante, deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;” e não conter “ANEXO XII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO”. Quanto aos demais aspectos foram superados tendo em vista a inabilitação da entidade. O prazo para regularização das pendências superáveis é de 72 horas improrrogáveis a contar da publicação. Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a sessão às 13:00 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, secretário designado pela comissão de seleção de organizações sociais, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Saquarema, 24 de setembro de 2019.


Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira
Secretário designado pela comissão



Samuel Aranda Neto
Presidente da Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais


Diego Rodrigues Pedro
MEMBRO


Marcos Mendonça dos Anjos
MEMBRO


Claudius Valerius Malheiros Barcellos
MEMBRO


Félix Furtado da Silva
MEMBRO


Francisco José Amorim
MEMBRO